

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS EM SANTA CATARINA: AGROECOLOGIA E A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

Resumo: Este artigo objetiva explicitar aspectos da experiência do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina com enfoque na agricultura familiar e agroecológica evidenciando como as mulheres foram construindo concepções sobre desenvolvimento regional a partir de questões ambientais nas propriedades agrícolas da região Oeste de Santa Catarina. Os questionamentos em torno dos conceitos de desenvolvimento sustentável, eco desenvolvimento e eco feminismo estão presentes porque influenciam nos debates temáticos do movimento e vice-versa. A busca dos principais elementos de análise empírica foi tirada dos Informativos e Arquivos do MMC/SC que possibilitam identificar os processos e dinâmicas desta experiência bem como a elaboração de estratégias de envolvimento e participação das mulheres camponesas e de suas famílias relacionando-os com os estudos sobre a problemática ambiental, a partir de conceitos como agroecologia. Os resultados deste trabalho mostram como as questões mais elementares da vida cotidiana articulada as questões mais gerais do sistema social em que vivemos, foram ganhando significados diferentes, despertando nas mulheres uma consciência em defesa do bem viver e de uma vida ambientalmente digna no campo que podem ser pensadas como contribuição na perspectiva dos processos de desenvolvimento regional.

Palavras Chave: Movimento. Mulheres. Camponesas. Agroecologia.

INTRODUÇÃO

Nessa segunda década do século XXI a sociedade intensifica a preocupação em relação aos problemas ambientais e sociais entre os quais merece destaque as formas pelas quais a própria natureza vem sendo tratada principalmente quando nos referimos à *agricultura*¹, atividade esta desenvolvida há milhares de anos. Como exemplo explicitam-se os efeitos nocivos dos agrotóxicos. Através da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, (1962) o autor além de fazer o primeiro alerta mundial sobre as consequências do uso de agrotóxicos, questionou os rumos da relação entre o homem e a natureza. Trouxe à tona os efeitos adversos da utilização dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, particularmente tratou sobre o uso do *DDT*². Entre as formas pelas quais são sentidos, estão: os venenos penetram na cadeia alimentar e acumulam-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do ser humano, “aumentando o risco de causar câncer e danos genéticos”; os agrotóxicos não só atingem as pragas, mas um número incontável de outras espécies, silenciando pássaros, peixes, até mesmo crianças; os tóxicos ficam no ambiente mesmo com sua diluição pela chuva, sendo que as espécies contaminadas podem migrar para outros ambientes, multiplicando os riscos de contaminação (SOARES, 2010, p.15).

Todo jeito de fazer agricultura não deixa de ser uma forma de agressão à natureza. Mas principalmente quando tratamos da agricultura tendo em vista o crescimento econômico, a destruição do meio ambiente é inevitável. Entre as alternativas encontradas nos processos humanos em defesa da vida, que pode ser pensada, quando a palavra *desenvolvimento regional* está em cena, é a perspectiva que vem sendo creditada no meio rural, de outros conceitos como agroecologia, segurança alimentar, soberania alimentar incorporados por movimentos sociais, entre eles o Movimento de Mulheres

¹ Entende-se que o agravo dos problemas sócio ambientais são decorrentes do modelo de agricultura industrial capitalista. Os agrotóxicos são produtos deste modelo.

² Diclorodifeniltricloreto é um potente veneno utilizado no terceiro mundo para o controle de pragas e endemias, altamente solúvel na água e na gordura, que permanece por mais de vinte anos com sua estrutura molecular inalterada, e que foi encontrado no tecido de animais no Ártico. O DDT não pode ser usado em lavouras brasileiras desde 1985, e seu uso já foi proibido há muitos anos em outros países.

Camponesas/MMC³. A este respeito encontramos inúmeras referências teóricas de pensadores como Miguel Altieri, Clara Nicholls, Raquel Rigoto entre tantos outros que se dedicam a pensar agroecologia.

Em 2010 Mark Hathaway americano-canadense, pedagogo, com vários anos de trabalho no Peru sabedor de astrofísica e cosmologia e Leonardo Boff, eco teólogo publicaram em inglês um livro que levou em torno de 12 anos de pesquisa: “The Tao of Liberation: exploring the Ecology of Transformation “(Orbis Books, N.Y.)””. No manuscrito, Fritjof Capra chama atenção no sentido de que este novo século apresenta dois fatores que vão trazer impactos quando se pensa no futuro bem-estar da humanidade. Um diz respeito ao *desenvolvimento* e propagação do *capitalismo global*, e o outro traz a possibilidade da criação de *comunidades sustentáveis* fundadas em práticas baseadas em eco design. Obra esta que merece ser enfrentada em diferentes áreas do conhecimento.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve descrição sobre como as mulheres do MMC/SC foram elaborando e compreendendo melhor alguns conceitos relacionados às questões ambientais enquanto possibilidade para se pensar na contribuição dos processos de desenvolvimento regional. Trazemos no texto algumas reflexões sobre desenvolvimento sustentável, eco desenvolvimento e eco feminismo que abaixo conceituamos, a partir de um olhar sobre o processo que as mulheres foram elaborando em busca de construir outras perspectivas para a vida no meio rural, compreendendo que tais concepções podem contribuir em novas perspectivas sobre desenvolvimento regional a partir das mulheres. Para atingir a meta de uma melhor compreensão sobre como o movimento chegou à elaboração de outras concepções partimos de sua proposição em relação ao projeto de agricultura camponesa e agroecológica formulada pelo Movimento. Isto foi possível através da leitura dos *Informativos*⁴ do *Movimento de Mulheres*

³ O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu na década de 1980 na região oeste de Santa Catarina, num contexto de modernização do campo e emergência dos movimentos sociais.

⁴São registros feitos pelas mulheres do MMC, organizados em forma de jornal que tem suas assinaturas divulgadas nos municípios.

*Agricultoras*⁵, MMA, datados entre 1992 a 2004, período que demarca o caráter de unificação nacional de organização das lutas das mulheres camponesas.

É interessante observar como este processo de construção foi ganhando maior visibilidade na medida em que as mulheres deste Movimento vão interagindo e articulando as questões através de eventos locais, nacionais e a nível internacional que participam e estão envolvidas, ocupando espaços territoriais. A partir de 2005 até os dias atuais foram utilizados os *Arquivos*⁶ deste movimento, bem como um olhar sobre bibliografias que tratam sobre o tema. A ideia de comprometimento da mulher enquanto sujeito que se pensa a si mesma na medida em que vai problematizando o seu meio e vice-versa, nos coloca como questões para o estudo: que “desenvolvimento regional” pode ser pensado, a partir desta experiência? Como através da formação, organização e lutas criadas no Movimento as mulheres foram tomando consciência das questões ambientais e problematizando situações de vida consideradas fundamentais quando se pensa na perspectiva de desenvolvimento regional?

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECODESENVOLVIMENTO, ECONOMIA ECOLÓGICA E ECOFEMINISMO: POSSÍVEIS SIGNIFICADOS.

O conceito desenvolvimento sustentável e sua contextualização vem sendo questionado desde seu surgimento até os dias atuais, por diferentes autores, entre eles: Alier (1998) refere-se ao conceito enquanto capacidade de sustentação, própria da ciência ecológica; o autor mostra que aqueles que o introduziram (Comissão que fez o relatório Brundtland, wced, 1987) com grande êxito, buscavam juntar conscientemente as ideias de desenvolvimento econômico com a capacidade de sustento. Leff (2010) chama atenção e diz que o mais interessante é descobrir como os conceitos vão sendo incorporados nos imaginários sociais e nos discursos de atores diferenciados. Este segundo autor aqui citado,

⁵ MMA, Movimento este que a partir de 2004 passa a ser denominado Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

⁶ Trata-se de um conjunto de registros do MMC/SC, que contém informações sobre a história do movimento organizado pelas mulheres do Movimento em conjunto com o CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Nestes arquivos encontram-se os programas de formação, organização, divulgação, textos, sons, imagens, vídeos entre outros.

também concorda que a definição mais popular de desenvolvimento sustentável é aquela que está presente no (relatório Brundtland, wced, 1987) segundo a qual, deve atender às necessidades da geração atual sem comprometer o direito de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Se isto é possível e como isto será possível numa sociedade capitalista, não está dito neste relatório.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de eco desenvolvimento nos anos 1970. Foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero. Para estes últimos, chamados de “zeristas” ou (pejorativamente) “neomalthusianos”, os limites ambientais levariam a catástrofes se o crescimento econômico não cessasse (ROMERO, 2012, p.68).

As resistências e denúncias, problematizando e questionando as bases conceituais que deram impulso à ideia de crescimento econômico e que de certa maneira direcionou para o surgimento da concepção de sustentabilidade, sem considerar e mensurar as perdas dos recursos naturais nos processos econômicos de acúmulo de riquezas vem desde a década de 1960. O conceito de eco desenvolvimento, passa pelo desenvolvimento sustentável e culmina nos atuais sentidos expressos pelo sócio-ambientalismo, pela economia ecológica, pela economia verde e, ainda, pela justiça ambiental. Segundo Leff (2001), a diferença existente entre o eco desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável se dá pelo fato de que este último se caracteriza pela continuidade a uma produção dominada pela lógica do mercado, em que a proteção do ambiente é considerada um custo e uma condição do processo econômico e cuja “sustentabilidade” se explica pelos princípios da racionalidade mecanicista. Assim sendo, é insuficiente em se tratando de desenvolvimento sustentável o questionamento da economia, pois será necessário refundar as bases da produção nos potenciais e limites da natureza e na diversidade cultural. De acordo com Leff (2001) se faz necessário uma nova teoria que seja capaz de orientar o desenvolvimento sustentável, pois sem isto as políticas ambientais continuarão controladas pelas políticas neoliberais.

Georgescu-Roegen (1906-1994) é um dos expoentes que pensou a origem do debate sobre economia ecológica fazendo deste tema seu principal campo de estudo trazendo grande contribuição. Trata-se de um autor que ao mesmo tempo critica a economia

convencional do mercado e as ideias de crescimento econômico como base para promover o desenvolvimento. De acordo com Alier, (1998, p.57) Georgescu-Roegen era inimigo de quem acreditava cegamente no crescimento econômico e no progresso tecnológico. Sua contribuição teórica possibilitou a abertura de um debate em torno da questão ambiental na época, particularmente, nas nações capitalistas industrializadas do Norte, para as quais, o alto padrão de consumo estaria provocando consequências irreparáveis para as questões socioambientais. O livro *Da economia ecológica ao ecologismo popular* de Alier (1998) trata de forma detalhada sobre a vida e obra deste autor.

Entre as contribuições elencadas por Alier (1998, p.58) em relação à Georgescu-Roegen está a proposta defendida por ocasião do encontro com a organização pacifista Daí Dong, em 1972, quando Roegen não foi convidado para a Conferência sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. Em reunião paralela junto com a organização pacifista, Roegen defendeu que os seres humanos tenham livre movimento “em qualquer lugar da terra que quiserem, sem restrições de passaporte ou visto”. Outra contribuição importante de Georgescu-Roegen foi a diferença que percebeu entre dois tipos de tecnologias: a tecnologia factível: aquela que é possível. Por exemplo, fazer pão e cortar árvores; a tecnologia viável: aquela com captação de baixa entropia do meio ambiente, ou seja, de captação de energia e materiais que podem ser colocadas à nossa disposição. Esta última seria uma tecnologia que não esgota os recursos naturais. Por isso, esta tecnologia seria baseada nos princípios da economia ecológica.

Estas realidades e situações precisam ser repensadas em todos os sentidos, pois, não é possível o planeta suportar por muito tempo tal expropriação e destruição ambiental. Sem sombra de dúvidas as reflexões de Alier (1998) servem de alerta para a sociedade civil em geral, principalmente possibilita maior esclarecimento para os movimentos sociais, melhor compreenderem o modelo de consumo e de dominação exercido pelos países desenvolvidos sobre a Natureza. A partir do contexto das mulheres que fazem *agricultura camponesa*⁷ e de seu Movimento Social destaca-se enquanto contribuição de Alier (1998) não apenas a crítica da economia capitalista à economia ecológica, mas, sobretudo a ideia

⁷“Quando falamos em agricultura camponesa, estamos nos referindo a um modo de vida cuja característica principal está na garantia da produção de alimentos saudáveis para os seres humanos” (GASPARETO y CIMA, 2006).

de vincular neste processo as lutas por igualdade e liberdade. O autor entende que não se trata de construir uma sociedade à maneira do pensamento patriarcal com papéis desiguais entre homens e mulheres. Mas o desafio está em construir uma sociedade com relações de igualdade entre as pessoas e destas na sua relação ambiental. As mulheres são as que mais ressentem os impactos da destruição ambiental no cotidiano de suas vidas. O autor entende que os movimentos sociais, inclusive os mais radicais têm grande importância na defesa do meio ambiente, pois: são os que contribuem para a internalização de algumas externalidades, “(...), pedindo que a natureza (...) fique no campo da economia política popular e não entre na lógica do mercado nem na lógica do serviço ao Estado” (ALIER, 1998, p.376).

A partir dos conceitos acima mencionados sobre desenvolvimento sustentável, eco desenvolvimento, o que se compreende como eco feminismo? Existe alguma relação entre estes conceitos? De onde se origina o eco feminismo? Um dos aspectos a ser considerado quando se evoca o conceito de eco feminismo e sua intrínseca relação com quem escreve a este respeito é considerar como ponto de partida que não há uma única forma de compreensão, mas se trata de múltiplas interpretações. Há quem define eco feminismo como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas desde os anos de 1970, em várias partes do mundo relacionando a dominação da natureza com a dominação das mulheres, tem também quem coloca a discussão enquanto corrente de pensamento dentro dos movimentos ambientalistas, visto que nem todos os movimentos feministas compartilham com teses sobre a Natureza enquanto princípio feminino.

É interessante considerar que existem preocupações comuns, em relação a uma política mundial invisível que afeta sobremaneira as mulheres de todo o mundo em sua vida cotidiana, bem como a convergência das reflexões enquanto resultado da participação de esforços das mulheres em manter vivos os processos que as sustentam. Neste sentido há contribuições nas diferentes concepções que muito tem agregado para elevar o nível de consciência das mulheres sobre as questões ambientais, planetárias que repercutem e podem ser incluídos nos processos de desenvolvimento regional.

Para Vandana Shiva (1993) “eco feminismo significa colocar a vida no centro da organização social, política e econômica”. O eco feminismo, como seu nome indica, é a convergência da ecologia e do feminismo, explica didaticamente Shiva, que ficou famosa,

nos anos 1970, ao impedir em seu país o corte indiscriminado das florestas, abraçando as árvores como milhares de mulheres, criando o movimento Chipko. As reflexões longe de serem provas de uniformidade e homogeneidade se configuram nas diferenças. Um dos objetivos que está presente neste debate é chamar atenção sobre processos globais que consolidam uma nova ordem mundial baseada no controle das pessoas, dos povos, e dos recursos em escala planetária em áreas de acumulação do capital e que, muito tem influenciado nas dinâmicas de desenvolvimento regional. De acordo com Boni, (2012), o eco feminismo é uma teoria que faz interconexão entre ambientalismo e feminismo, fazendo uma associação entre a dominação da natureza com a dominação das mulheres.

De acordo com Mies Y Shiva (1993) Ynestra King, uma das organizadoras da Conferência sobre El Eco feminismo en los ochenta, celebrada em março de 1980 em Amherst, cujo tema era Mujeres Y vida em la Tierra:

El eco feminismo trata de la conexión y la integración de la teoría y la práctica. (...) Somos un movimiento que se identifica con las mujeres y creemos que estamos llamadas a cumplir una tarea especial en estos tempos amenazados. Pensamos que la devastación de la Tierra y de los seres que la pueblan por obra de las huestes empresariales y la amenaza de aniquilación nuclear por obra de las huestes militares son preocupaciones feministas (MIES Y SHIVA, 1993, p.26).

Na acepção de Mies y Shiva:

Cada vez que las mujeres han actuado, dondequiera que fuere, contra la destrucción ecológica o/y la amenaza de aniquilación nuclear, de inmediato han percibido la conexión entre la violencia patriarcal contra las mujeres, contra los demás pueblos y contra la naturaleza y han comprendido que desafiar al patriarcado actual es un acto de lealtad hacia las generaciones futuras y la vida, y hacia el propio planeta (MIES Y SHIVA, 1993, p.26).

Nos últimos anos, as lutas em defesa da vida que ocorrem em diferentes espaços, contemplam não apenas as mulheres, as crianças, a humanidade em geral, mas também a diversidade da fauna e da flora. Foi analisando as causas que têm gerado tendências destrutivas que ameaçam a vida na terra, a partir do cotidiano, que as mulheres foram

tomando consciência do sistema patriarcal capitalista que, por sua vez têm determinado concepções hegemônicas. O MMC faz o debate sobre o feminismo enquanto atitude política, como referência histórica através do qual articula as questões particulares e gerais. Este Movimento esclarece que:

o feminismo se constitui enquanto atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento ao patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, da riqueza e do saber. O feminismo é uma referência histórica de análise relações de gênero, étnico-raciais e de classe expressos nas lutas (...) de emancipação das mulheres no mundo (CARTILHA MMC, Uma história de organização, lutas e conquistas, sd, p.15).

Neste sentido, será importante perceber diferentes teorias e concepções que também influenciam nas noções em relação às questões sobre desenvolvimento regional que podem ser pensadas a partir das mulheres camponesas no interior de seu movimento.

CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os conceitos, quaisquer que sejam eles, não são dados, são construídos. Sachs (2004), ao analisar a crise desenvolvimentista na Argentina chama atenção para possíveis lições a serem aprendidas. Enquanto o desenvolvimento estiver ligado estritamente ao crescimento, por altos ganhos financeiros e de produtividade do trabalho, a exclusão social será uma constante. Nesta mesma obra de Sachs, *O Desenvolvimento includente, sustentável sustentado*, este autor afirma que a reforma agrária feita com subsídios do governo como crédito, habitação e infraestrutura aos assentados, traria muito mais desenvolvimento ao campo, pois de acordo com o autor, 37% da produção agrícola do país vêm destes empreendimentos, além de que, o custo da geração de emprego no campo é inferior ao emprego urbano. O autor, em concordância com o que propõe e defende os movimentos sociais do campo, menciona que a biodiversidade brasileira é a maior do mundo, e que se fosse valorizada o país poderia dar um salto no desenvolvimento. Para que isto aconteça é preciso incentivar e valorizar a agricultura familiar, pois devasta menos o meio ambiente, o que seria possível a convivência de modo sustentável.

Numa perspectiva da teoria crítica, temos o argumento de que o pesquisador ao se debruçar sobre a realidade o faz imbuído de seus valores, e como estes são parte da interpretação que fazem da realidade, qualquer ideia de objetividade pura se torna questionável. Uma análise crítica vê a região como “um conjunto espacial mais amplo que o espaço vivido”. Na expressão de Francisco de Oliveira a região é um espaço de reprodução capitalista que gera a luta de classes (LENCIONE, 1999 p. 168). Onde nascem as regiões? Nascem a partir das particularidades, na forma como enfrentam os processos capitalistas. Particularidades não são fechadas interação com as questões mais amplas. Trata-se de formas particulares através das quais estes arranjos se formam. Há necessidade de construir/desconstruir concepções em torno de desenvolvimento territorial, regional, superando a ideia de “*equalização*” enquanto homogeneização equivalente à igualização, que implica em levar a todos uma única forma de compreender *desenvolvimento* cujo sinônimo é *industrializar*.

Santos (1994) destaca a importância de que se faz necessário compreender como as particularidades se estabeleceram nos territórios, ou, nas palavras do autor, “num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las, para poder transformá-las” (SANTOS, 1994, p. 109). Ainda Santos (2010), nos alerta sobre este tempo de estagnação que estamos vivendo, frente às possibilidades de pensar processos de transformação social. O autor argumenta sobre a necessidade de uma globalização contra hegemônica, a qual, em seu ponto de vista, já está sendo construída a partir dos movimentos sociais e grupos organizados.

Nesta perspectiva as concepções aqui evocadas buscando uma reflexão sobre desenvolvimento regional, tem como ponto de partida o entendimento de região enquanto *totalidade histórica* (LENCIONE, 1999, p.165). Isto nos possibilita pensar a partir de processos em construção e desconstrução, de tensionamentos em confronto, de conflitos permanentes, nos oferece a ideia de movimento. Quando se pensa em desenvolvimento regional é preciso saber pensar os espaços para mostrar as relações entre a regionalização como recorte espacial evidenciando as práticas sociais. Etges (2013) esclarece que numa sociedade de classes que é desigual, “o espaço construído pela sociedade capitalista” e por ela formado será da mesma forma desigual (ETGES, 2013, p.88). Desta maneira podemos entender também as perspectivas de desenvolvimento regional.

Tânia Bacelar (2009), ao falar sobre a dinâmica regional vinculada aos interesses e decisões do mercado afirma que este “tende a exacerbar seu caráter *seletivo*, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país”. Esta autora defende uma proposta que “se contrapõe à *desintegração competitiva*, excludente, seletiva e em curso”. Isto requer uma nova abordagem da questão regional brasileira e neste sentido propõe a formulação e implementação de uma *Política Nacional De Desenvolvimento Regional* (Entrevista Revista Rumos, 2009, p.1).

No texto: *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade*, Etges (2005), chama atenção no sentido de que na metade do século XX o debate sobre desenvolvimento regional no Brasil passava por dois enfoques: Um deles entende a promoção do desenvolvimento regional a partir da redução/eliminação das desigualdades regionais. Visão Hegemônica. O outro propõe a compreensão da diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento de regiões.

Etges, (2001) destaca que para se pensar processos de desenvolvimento regionais nos dias atuais, será fundamental partir das relações horizontais de constituição e do fazer-se dos sujeitos envolvidos e destes processos históricos, buscando conhecer as diferentes realidades e complexidades das regiões estudadas identificando limites e potencialidades presentes em suas populações, práticas sociais, vivências e experiências. Identificar estratégias e instrumentos de coesão comuns que estão presentes no interior de seus territórios. Neste caso, será interessante agregar outros conceitos mais especificamente relacionados às problemáticas ambientais para compreender como na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no oeste de Santa Catarina, as mulheres vão construindo suas concepções que podem ser lidas na perspectiva de desenvolvimento regional.

COMO AS MULHERES DO MMC EM SANTA CATARINA FORAM INCORPORANDO CONCEPÇÕES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

Charles C. Mueller (2007, p. 01)), em uma de suas obras, examina as formas pelas quais as ciências econômicas vêm analisando as relações do sistema econômico com o meio ambiente. O autor chama atenção no sentido de que a população humana e a produção material vêm se expandindo, provocando de um lado, “um aumento continuado da extração de recursos naturais do meio ambiente, e produzindo, de outro lado, volumes cada vez maiores de emanações de resíduos e rejeitos para o meio ambiente, muitos de elevado potencial nocivo. O autor está preocupado em avaliar o que está sendo feito e que medidas estratégicas podem ser tomadas para, no mínimo reduzir os impactos ambientais mais nocivos que estão ocorrendo em diferentes esferas seja, local, regional ou global. Neste sentido, quando o MMC propõe a agroecologia enquanto processo gradativo e permanente este vai oportunizando as mulheres e suas famílias a elevarem o nível de sua consciência, que passa da compreensão das necessidades imediatas, da luta por direitos, para, visões e concepções mais complexas e abrangentes que interage do local para o global e vice versa. Isto não se dá de forma simples.

O ponto de partida é a construção de um processo organizativo e formativo que vai instigando as mulheres a pensarem sobre si mesmas e sobre a realidade em que vivem. Há uma construção social de produção do conhecimento. Aos poucos as mulheres vão descobrindo como o sistema social é formado e quais seus interesses e contradições. Isto fica explícito em seus registros divulgados na forma de Informativos:

a cada ano que passa várias famílias de pequenos proprietários são expulsas do campo e vão parar nas periferias das grandes cidades. Isto não acontece por acaso; o que leva os pequenos agricultores a sair da roça é a atual política agrícola do governo. Nós temos que entender que vivemos em um país onde o regime ou sistema de governo é capitalista, isto quer dizer o que vale é o dinheiro e não o ser humano (INFORMATIVO ano I – Primeira edição jan/fev, 1992) .

Juntamente com as informações, constatações e entendimentos sobre as diferenças estabelecidas na sociedade, as mulheres procuram articular o pensar ao agir, teoria e prática, característica esta que diferencia um movimento social de outras organizações. Daí o argumento: “Precisamos transformar esta sociedade injusta onde milhares de pessoas

passam necessidades enquanto uma minoria vive bem à custa de quem trabalha” (idem, 1992).

Entre as estratégias de formação das mulheres para uma maior compreensão das problemáticas sociais, econômicas, políticas a que estão imersas, importantes quando se pensa desenvolvimento regional, estão as pesquisas de campo. Em outubro de 1992, o MMA/SC decidiu fazer uma pesquisa para “maior e melhor conhecimento da realidade das mulheres agricultoras”. Os itens pesquisados foram: *produção, organização, questão fundiária, nível de organização, força de trabalho* e os diversos ramos: *trabalho assalariado, integrados, diaristas e outros*. A pesquisa foi realizada em 12 municípios de 09 regionais organizadas pelo movimento. Ainda no ano de 1992, as mulheres registraram em que contexto de desenvolvimento estão inseridas e como buscam relacionar com as realidades pesquisadas:

a crise atual é mundial, (...). Essa crise mundial afeta diretamente a situação brasileira. Aumentou as diferenças entre países ricos e pobres. O neoliberalismo serviu apenas como projeto ideológico. As políticas econômicas neoliberais fracassaram, mas trouxeram graves consequências sociais, políticas e ambientais (INFORMATIVO, MMA, 3ª edição, Nov/dez 1992).

É possível perceber pelos debates e estudos que as mulheres fazem, como as problemáticas relacionadas às visões de mundo, que servem para pensar visões sobre desenvolvimento regional, às leituras sobre as conjunturas mundiais são articuladas a nível nacional e local, o que vai possibilitando maior compreensão sobre as dinâmicas e suas repercussões nas realidades cotidianas. Estas compreensões são acompanhadas de ações *concretas criativas*⁸ que vão contribuindo para o debate sobre desenvolvimento que, no caso das mulheres do MMC passa pela dimensão de suas construções em torno da agroecologia.

⁸ Em 2006, o MMC/SC realizou na comunidade Faxinal dos Rosas em Chapecó/SC a primeira festa da família camponesa com o lema: *somos da família camponesa*. Na festa, o movimento reuniu as famílias que através de apresentações, “almoço natural”, banca de sementes, reflexão apontando para a necessidade de avançar na discussão sobre o bem viver no campo e foi socializado as conquistas e frutos da produção agroecológica. Em 2007, o MMC a nível nacional foi lançada a Campanha Nacional pela produção de alimentos saudáveis, com o lema: *Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza*. Em novembro de 2008, o MMC realizou a segunda festa da família camponesa em São Miguel do Oeste/SC, onde as mulheres organizadas nos grupos de

Em 1996 as mulheres do Movimento participaram da II Conferência Internacional da Via Campesina que ocorreu em Tlascala, México, nos dias 18 a 21 de abril. Nesta ocasião em que as mulheres em nível de América Latina se encontraram, foram estabelecendo conexões e articulações entre os países, discutindo as realidades nas diferentes regiões as quais estão imersas. Neste evento a *Via Campesina* se assume como sendo um movimento mundial que coordena as organizações camponesas de médios e pequenos produtores, organizações de trabalhadoras (es) do campo e comunidades indígenas. Tendo como principal objetivo desenvolver a solidariedade e unidade na diversidade entre organizações do campo para “promover relações econômicas de igualdade e justiça social; Defesa da terra e Reforma Agrária; Soberania Alimentar; Produção agrícola sustentável baseado em pequenos produtoras (es) de todo o mundo”. (INFORMATIVO, MMA, 35ª edição, jan/fev 1997).

Em fevereiro de 1997 aconteceu em Jundiá, São Paulo, a reunião da coordenação da CLOC – Coordenação Latina de Organizações do Campo que preparou o II Congresso Latino Americano de Organizações do Campo que ocorreu em Brasília no mês de novembro do mesmo ano. Estes espaços eram ricos em termos de estudos e debates sobre as conjunturas com suas problemáticas, sendo que as questões relacionadas à terra, água, ameaças ambientais sempre estiveram presentes. A partir de 1998, quando diferentes organizações populares, sindicais, pastorais entre outros, discutiam a necessidade de construir um Projeto Popular para o Brasil, as mulheres de Santa Catarina estavam presentes e assumiram a realização de estudos e debates que se efetivaram nos municípios e regionais onde existe organização do Movimento em Santa Catarina.

Em 1999 o MMA/SC fez um estudo sobre as sementes transgênicas e lança questionamentos em torno do que *está por trás* de tais experimentos:

A mais recente modernização e grande campo de investimento da indústria é hoje, a biotecnologia e engenharia genética, de onde surgiu os transgênicos. As plantas transgênicas estão sendo apresentadas como o milagre da agricultura. As empresas que

recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças apresentaram nas bancas as sementes que recuperaram alimentos, sucos, artesanato, plantas medicinais, mudas de árvores nativas entre outras, debatendo sobre o cuidado com o meio ambiente e com o planeta.

vendem estas sementes dizem que as variedades transgênicas vão ser a salvação da lavoura. Mas será que é isso mesmo? O que tem por trás disso tudo? (INFORMATIVO, MMA, 4ª edição, março/abril de 1999, p.3).

Em relação às questões ambientais e consequentes impactos ao desenvolvimento regional nem sempre percebidos o Movimento esclarece e pontua algumas perdas que ocorrem em função destas imposições sistêmicas, como:

Cruzamento com outras espécies de plantas. Eliminação de insetos e micro-organismos benéficos ao equilíbrio ecológico; Aumento da contaminação dos solos, lençóis de água, devido ao excesso de agrotóxicos (Roundup). Plantas transgênicas pode transformar-se em invasores. Surgimento de novas pragas e doenças. (...) No começo de 1998, agricultores franceses ocuparam um armazém e destruíram uma parte. Há uma rejeição ao milho transgênico resistente à lagarta pois ele vai produzir o veneno na própria seiva. O que será que este milho vai causar no estômago dos animais e das pessoas que comem? (...) Então se a população perde, os agricultores perdem, os consumidores perdem, o meio ambiente perde, quem ganha? (...) São as empresas que vendem as sementes transgênicas e as poderosas multinacionais dos venenos (INFORMATIVO, 1999, p.3).

O Informativo conclui sua reportagem que foi escrita pelos movimentos sociais e pastorais do RS, alertando:

Não podemos deixar que mais uma vez as multinacionais da química e da biologia, que em nome do aumento da produção de alimentos, venham tornar os agricultores escravos, dependentes de suas sementes estéreis (que não nascem mais). A soja transgênica é o maior exemplo da revolução biotecnológica que as multinacionais querem nos impor. Semente é vida e todo agricultor pode ser um produtor dessa vida. Não podemos aceitar a morte em nome dessa modernização imposta. Vamos discutir o assunto em nosso sindicato, associação, igreja ou comunidade. (...) O agricultor fica obrigado a usar esse herbicida, tornando-se escravo da multinacional Monsanto. Transgênico representa morte, dependência e fome. É a nova forma de escravidão (INFORMATIVO, 1999, p.4).

O MMA/SC em 2000 planejou um acampamento que foi realizado em Florianópolis/SC em 2001. Os pontos de pauta reivindicados foram: “por um Brasil livre de

transgênicos e agrotóxicos, contra as políticas de importações de alimentos, por reforma agrária e crédito subsidiado para a produção de alimentos saudáveis” (INFORMATIVO, MMA, Edição Nº 52 – nov/dez de 2000, p. 01). Neste contexto pode-se perceber que o movimento alerta sobre os danos causados pelo uso de agrotóxicos e os efeitos das intoxicações ao mesmo tempo em que vai sinalizando perspectivas de desenvolvimento que inclui outras dimensões da vida humana nas regiões e territórios. Aquilo que atinge o ser humano, as questões ambientais, afeta a região e mexe com os processos de desenvolvimento. Uma matéria deste mesmo informativo, mostra que existem diversos tipos de reações ao uso de agrotóxicos. A matéria tem como fonte (Seminário sobre Agrotóxicos – Atrativa / RS – 28/08/1998. Mara T. Calliari. Jornal do Brasil – 29/02/1995).

Os seres humanos reagem aos venenos de várias formas: teratogênicos é o nascimento de animais e seres humanos com defeitos terríveis; mutagênese que é a mudança no código genético. (...) Uma pesquisa realizada em Passo fundo no Hospital São Vicente de Paula, pela enfermeira Mara Tailliari, após sete anos de estudos identificou 600 casos de crianças que, em decorrência do uso dos agrotóxicos, nasceram com deformações ósseas (pés tortos), hidrocefalia (sem cérebro), etc. Muitos nem sobreviveram. Mara constatou uma estatística assustadora: a cada 1000 crianças, 4,5 nascem com anomalias. Em outra pesquisa realizada na região fumageira do Rio Grande do Sul (Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, etc.) constatou-se que Venâncio Aires detém o maior índice mundial de suicídios. Mais de 60% dos suicídios ocorreram entre agricultores em períodos próximos à pulverização de lavouras de fumo com organofosforados (os agrotóxicos mais perigosos) (INFORMATIVO, MMA, Edição Nº 52 – nov/dez de 2000, p. 02).

Ao mesmo tempo em que as informações com dados, pesquisas estatísticas da realidade dos agrotóxicos eram divulgadas, as alternativas também estavam presentes. A pergunta que se coloca: é possível incluir nos processos de desenvolvimento regional a perspectiva de uma produção sem agrotóxico? Para o movimento, conforme dito anteriormente uma das soluções é a *agroecologia*. Recuperar algumas características do modelo agrícola dos antepassados, praticar e usar a tecnologia para aperfeiçoá-lo e adaptá-lo à nossa realidade recoloca concepções de *desenvolvimento* neste texto anteriormente mencionadas. Em 2002 o MMA/SC iniciou em 13 regionais a experiência de “recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças” que de certa forma provocou o debate

em torno da necessidade de uma organização maior designada pelo MMC como *Projeto de Agricultura camponesa agroecologia*. As principais características são:

A viabilização de políticas agrícolas como por exemplo crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade. (INFORMATIVO, MMA, Edição Nº 52 – nov/dez de 2000, p. 03).

Em relação ao crédito especial para as mulheres, haviam alimentado a ideia de que além de se constituir enquanto possibilidade concreta para efetivar na prática o aprendizado que vivenciam no movimento poderiam lhes autorizar a fazer suas próprias experiências, principalmente a produção de alimentos saudáveis, com maior autonomia. A perspectiva da agroecologia, na luta pela soberania alimentar vai, por sua vez, possibilitando às mulheres e suas famílias uma reelaboração no jeito de fazer agricultura alterando seu modo de vida que mexeu nos seus conceitos não apenas limitando às questões ambientais, mas possibilitando pensar dinâmicas e processos regionais. Neste contexto, as mulheres organizadas no MMC assumiram a recuperação de sementes crioulas de hortaliças com o entendimento de que “para construir o projeto de agricultura camponesa agroecológica cada uma deve se tornar cientista de sua própria profissão”. Pacheco (2006), fala do projeto para a agricultura pensado e proposto pelo MMC:

O Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, defende um projeto popular para a agricultura, através da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade (...) (PACHECO, 2006, p.17).

As construções em torno de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, requer antes de tudo considerar aquilo que para o movimento se constitui enquanto “valores, princípios e limites da agricultura camponesa”, que por sua vez são aspectos significativos enquanto contribuição para o desenvolvimento regional que tem como horizonte o bem viver. A Cartilha (Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida. MMC Nacional, s/d. pg. 29), mostra que neste debate o movimento recupera o trabalho familiar como valor que

garante a produção diversificada de auto sustento e renda. “Possui uma ciência de combinar a produção vegetal e criação animal o ano todo”. Os princípios defendidos neste ‘Projeto de agricultura camponesa’ são baseados na agroecologia que recomenda a preservação do meio ambiente como condição de bem viver, ressaltando o cuidado com os recursos naturais (terra, água, ar, biodiversidade, energia...) como bens comuns, patrimônio da humanidade. Incentiva a produção e economia camponesa enquanto possibilidade para a autonomia das famílias no auto sustento e renda, integrando campo e cidade. Cartilha (Idem, pg. 30) diz que para o movimento: “fazer agricultura camponesa não se trata de voltar ao passado, mas sim de re-significar valores da cultura camponesa de autonomia, de diversificação da produção, de cuidado com o ambiente, de novas relações.” Este debate não está dissociado à reflexão que o MMC realizou sobre [...] as consequências dos venenos, insumos, doenças e a liberação das sementes transgênicas, das quais o movimento se posicionou contrariamente.

Da mesma forma, a Cartilha (Movimento de Mulheres Camponesas – uma história de organização, lutas e conquistas, s/d p.17) esclarece que a luta contra o pagamento da Dívida Externa, contra as políticas do Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) interferem na matriz produtiva mundial e impõem a monocultura, o uso de agrotóxicos, as sementes transgênicas que destroem a biodiversidade ameaçando a soberania nacional e induzindo imposições do mercado sobre o desenvolvimento regional. Estas questões foram sendo cada vez mais discutidas entre as mulheres que participam do Movimento. Por ocasião da oitava assembleia estadual, o MMC:

decidiu pelo enfrentamento do modelo de agricultura capitalista e a busca de ações concretas para avançar no projeto de agricultura agroecológica, a partir do cotidiano das mulheres. (...) O movimento assume o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças (CARTILHA, Movimento de Mulheres Camponesas – uma história de organização, lutas e conquistas, s/d p.17).

O programa continua sendo desenvolvido pelos grupos de base do MMC/SC. As atividades são realizadas em oficinas municipais, utilizando uma metodologia com os princípios da educação popular. Para compor o público participante, as coordenadoras

municipais do movimento identificam as mulheres interessadas e quais sementes elas querem recuperar e cultivar. “Essas mulheres e suas experiências vão se transformando em referência para outras que vão se agregando ao programa” (Baseado no *Boletim 339 de 05.04.2007*. Por um Brasil Livre de Transgênico. Texto de Inês Claudete Burg Eng. Agrônoma, GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia) e Carmem Munarini do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina).

Foram organizados grupos de mulheres em 59 municípios, envolvendo 977 mulheres que estão recuperando variedades de hortaliças. Após a realização das oficinas regionais, aconteceram os seminários para avaliação das atividades, aprofundamento dos temas trabalhados e encaminhamento de propostas para continuidade do programa. No ano de 2003, em Curitiba, o MMA/SC realizou o *Seminário sobre agricultura agroecológica* por intermédio do qual as mulheres socializaram as sementes crioulas produzidas e recuperadas em suas propriedades. Com o Lema *Filhas da Terra produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação*, o Movimento motivou as camponesas para a continuidade na luta pelo que chamou de novo jeito de viver na agricultura.

Este novo jeito tem como referência o cuidado com o meio ambiente e questiona as imposições neoliberais principalmente relacionadas à presença das multi e transnacionais que além de invadir os espaços territoriais em nome de um *desenvolvimento sustentável* continua poluindo e intensificando a degradação ambiental. Estas questões não apenas são estudadas pelas mulheres nos movimentos sociais quando discutem seus problemas, mas resultam em atitudes de denúncia e enfrentamento. Um dos exemplos que melhor explica o potencial de revolta das mulheres do terceiro mundo e, neste caso, do Cone Sul pode ser percebido na ação realizada pelas mulheres da Via Campesina no dia 08 de março de 2006 em Barra do Ribeiro/RS quando mais de duas mil mulheres invadiram o laboratório de plantas da Aracruz Celulose.

A pequena produção familiar que alimenta os pobres do campo e que mais absorve sua mão-de-obra sente, de maneira imediata, a agressão dos reflorestamentos. Os eucaliptos precisam de poucos trabalhadores especializados em árvores exóticas e não de nossas agricultoras mais que especializadas em fazer brotar alimentos dos solos pobres. Nós, porém, não perdemos por esperar. Mais cedo do que se imagina, deseja e quer, pagaremos também o preço que a natureza vai nos cobrar. O ato das mulheres não foi um ato de vandalismo, de ódio ou de revanchismo. Foi uma

tentativa consciente de chamar à atenção para um grave problema ambiental. Será que estamos preparados para enfrentá-lo ou, pelo menos, admiti-lo? (PAULILO, 2006, p. 01).

Houve uma reação social que veio à tona com esta ação das mulheres. Os formadores de opinião num primeiro momento divulgaram o acontecimento de diversas maneiras, trazendo para aquelas mulheres o estigma da criminalização. Entretanto, o movimento alertou no sentido de que, nesta mesma ocasião, não foi mostrado o histórico de crimes e violações dos direitos fundamentais praticados pela Aracruz em seus mais de 40 anos de instalação no Brasil, em nome do desenvolvimento a serviço do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe o Movimento orienta as mulheres no sentido de que a construção do projeto de agricultura camponesa deve articular os problemas reais da vida cotidiana com as questões mais gerais de como a sociedade se organiza. Assim, fortalecer através de práticas que recuperam as sementes crioulas, as plantas medicinais, as árvores frutíferas e nativas, cuidando das fontes e nascente de água, produzindo de forma diversificada o auto sustento e a renda, implica estabelecer relações mais amplas e articuladas em defesa da natureza e das questões ambientais, preservando a biodiversidade como condição para o bem viver que vai possibilitando trabalhar processos de desenvolvimento regional nesta mesma direção. Isto se conquista ao longo do processo que é conflitivo, contraditório e permanente.

Os *Arquivos e Informativos* pesquisados são reveladores das diversas formas que o Movimento cria para divulgar, informar, esclarecer, animar as mulheres e suas famílias motivando-as a pensarem outras perspectivas de desenvolvimento, conscientizando sobre as questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais. Trata-se de um processo de luta em construção, através do qual, as mulheres estão aprendendo recuperar as sementes como patrimônio da humanidade a serviço dos povos. Porém, esta constatação não está isenta de conflitos, impasses e contradições. Estas práticas não apenas colocam em evidência as questões ambientais, principalmente numa sociedade caracterizada pelo

consumo desenfreado, causando danos irreparáveis para a vida humana, bem como tem se constituído para as mulheres do MMC/SC, fontes inspiradoras de novas perspectivas teóricas e práticas possibilitando avanço da consciência em todas as dimensões, para as quais a perspectiva de desenvolvimento regional ganha outras conotações enquanto possibilidades de uma vida digna no meio rural.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez: *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.

BOFF, Leonardo; HATHAWAY, Mark. *O Tao da Libertação: Explorando a ecologia da transformação*. Petrópolis, R. J. : Editora Vozes, 2012.

BONI, Valdete. *De agricultoras a camponesas: O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas*. 2012. 253 p. Tese doutorado (Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2012.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma*. REDES, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

_____, Virginia Elisabeta. *Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma*. REDES, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

LEFF, H. La insoportable levedad de la globalizacion: la capitalizacion de la naturaleza y las estrategias de la sustentabilidad. *Rev. Venez. de Econ. y Ciências Sociales*, Caracas, v. 7, n. 1, p. 149-160, jan./abr. 2001.

LEFF, E. *Discursos sustentáveis*. São Paulo. Cortez Editora, 2010.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

MIES, Maria e SHIVA Vandana. *Ecofeminismo, Halifax, Nova Scotia. London, New Jersey. Fernwood Publications: Zed Books*, 1993.

MUELLER, Charles C. *Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente*. Brasília: Editora da UnB: Finatec, 2007.

PACHECO, Maria Emília. *Entrevista sobre agroecologia*. 2006. Disponível em: <http://www.historianet.com.br> Acesso em 07.05.2015.

PAULILO, M.I. Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez. 2006.

ROMERO, Ademar Ribeiro. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico ecológica*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92. 2012.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. RJ: Garamond, 2004.

SANTOS, M. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SOARES, W. L. *Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências de Saúde Pública e Meio Ambiente). Escola nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Rio de Janeiro.

TRINDADE, Kátia Maria Trindade. *Agroecologia: uma alternativa para se viver bem no campo*. In: ADITAL, 2008. Disponível em <http://site.adital.com.br> acesso em 07.05.2015.

Pesquisa na Internet

Boletim 339 05.04.2007 Por um Brasil Livre de Transgênico. Disponível em: <https://www.google.com.br/url pesquisa feita em 07.05.2015.>

Documentos do MMC

Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: *Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida*. MMC Nacional, s/d.

Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: *Uma história de organização, lutas e conquistas*, Chapecó, SC, sd.

GASPARETO, Sirlei & CIMA, Justina. *MULHERES CAMPONESAS, resistência e enfrentamento*. Chapecó, SC, 2006.

Informativos

Informativo do M.M.A. Ano I primeira edição, jan/fev de 1992.

Informativo do M.M.A. Ano I, primeira edição, nov/dez de 1992.



Informativo do M. M. A Ano III, 22ª Edição, set/out de 1995.

Informativo do M.M.A. Ano IV, 34º Edição, jan/fev de 1997.

Informativo do M. M. A. Ano VI, 41º Edição, mar/abr de 1999.

Informativo do M. M. A. Ano VII Edição, 47 nov/dez de 2000.